

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

2004 - 2005

Pelo presente instrumento, de um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SENALBA/SC**, CNPJ nº 77.910.255/0001-16 com sede e foro em Florianópolis/SC, à rua Tenente Silveira, 200, sala 306, representado por seu Presidente, Sr. **JOÃO CARLOS NUNES MOTA**, CPF nº 029.850.989-07 e, por outro lado a **SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA AURORA**, CNPJ nº 83.689,984/0001-97, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **ANDRÉ LUIZ DA LUZ**, CPF nº 813.323.519-72 com anuência do **SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SECRASO/SC**, CNPJ nº 85.210.037/0001-05, pelo seu Presidente Sr. **CESAR MURILO BARBI**, CPF nº 008.155.359-53 fica estabelecido o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, regido pelas Cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados da Sociedade Esportiva e Recreativa Aurora, serão corrigidos em 1º de maio de 2004, mediante a aplicação de 6% (seis por cento), permitida a compensação das antecipações havidas no período.

Parágrafo Único - Com o pagamento do índice acima ajustado fica quitada toda a inflação do período de maio/2003 até abril de 2004.

Cláusula Segunda – EXAMES MÉDICOS E LABORATORIAIS

Os exames médicos e laboratoriais exigidos por lei para admissão de empregados serão pagos pela Sociedade, desde que efetuados no local determinado pela mesma.

Cláusula Terceira – AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de empregado, a Sociedade pagará aos seus dependentes legais a título de auxílio funeral, 03 (três) salários normativos vigentes na data do falecimento, salvo, se houver seguro de vida em grupo do âmbito do empregador.

Parágrafo Único – As Instituições que possuam seguro de vida em grupo estão excluídas do caput da Cláusula.

Cláusula Quarta – QUADRO DE AVISO

A Sociedade facilitará a colocação em seus quadros de avisos, as comunicações do sindicato, mediante aprovação da comissão de quadro de aviso da Sociedade.

Cláusula Quinta – PRIMEIROS SOCORROS

A Sociedade manterá em suas dependências, materiais destinados a primeiros socorros, que deverá conter os medicamentos básicos.

Cláusula Sexta – ANOTAÇÕES NA CARTEIRA PROFISSIONAL

Será anotada na Carteira Profissional a função efetivamente exercida pelo empregado, respeitada a nomenclatura de cargos da Sociedade.

Cláusula Sétima – ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

As faltas ao trabalho de empregado estudante em horário de provas ou exames obrigatórios, reconhecidos pela Secretaria Estadual coincidentes com horário de trabalho, serão abonados pela Sociedade, desde que, comunicada ao empregador por escrito, com antecedência de 48(quarenta e oito) horas e comprovados posteriormente em igual prazo.

Cláusula Oitava – CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

A Sociedade deverá manter controle de ponto de seus empregados, através de livro, Relógio Ponto ou qualquer outra forma que os substitua, Ressalvados os dispositivos legais.

§ 1º - A Sociedade poderá desobrigar o empregado do registro do horário de intervalo para refeição e descanso, no cartão ponto, conforme portaria nº 3.626 de 13/11/91, desde que solicitado por este.

§ 2º - O espaço de tempo registrado no cartão ponto igual ou inferior a 7'30'' (sete minutos e trinta segundos) imediatamente anteriores e posteriores ao início da jornada normal de trabalho, inclusive para troca de uniforme, não será considerado como efetivamente trabalhado. Em contrapartida, haverá uma tolerância de 7'30'' (sete minutos e trinta segundos) no início e final da jornada normal de trabalho, sem prejuízo ao empregado, inclusive em relação ao repouso semanal remunerado.

Cláusula Nona – COMPENSAÇÃO E PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Para os fins do art. 59 da CLT, fica a Sociedade autorizada a realizar prorrogação de jornada de trabalho até o limite legal, bem como, estabelecer, mediante acordo com seus empregados, horário de trabalho de modo a compensar total ou parcialmente o expediente dos sábados e também programas de compensação de dias úteis intercalados com feriados e fins de semana mais prolongados.

§ 1º - Serão mantidos à disposição da fiscalização do Sindicato os documentos referidos no art. 413 da CLT.

§ 2º - Não sendo possível compensar o horário de trabalho em outros dias, não haverá salário somente para as horas não trabalhadas.

Cláusula Décima – DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

A Sociedade poderá descontar mensalmente dos salários dos seus empregados além dos descontos previstos em lei, os referentes a Contribuição à Associação Recreativa e Esportiva, Empréstimos Pessoais, Seguro de Vida, Refeição, Planos de Previdência Privada, Convênio com Farmácia, Assistência Médica, Mensalidade Sindical e outros Descontos Sindicais aprovados em Assembléia dos Trabalhadores e outros benefícios concedidos de responsabilidade dos empregados e desde que autorizado por estes.

Cláusula Décima Primeira – RELAÇÕES DE TRABALHO

Visando aprimorar as relações de trabalho as partes comprometem-se a negociar a solução de divergências, antes de proporem demandas administrativas e judiciais, inclusive o Banco de Horas.

Cláusula Décima Segunda – INTEGRAÇÃO AO TRABALHO

Quando da admissão na Sociedade, o empregado deverá receber treinamento de integração ao trabalho, nele contido, principalmente, instruções referente a medicina, segurança e higiene no trabalho, além das orientações de ordem econômica e social, tendo validade para posterior comprovação, de que o empregado recebeu as orientações necessárias para assumir suas funções de desenvolver as atividades a ele designadas.

Cláusula Décima Terceira – AVISO PRÉVIO

A todos os trabalhadores representados pelo Sindicato conveniente que tiverem no mínimo 45 (quarenta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de trabalho consecutivos na Sociedade, o aviso prévio será de 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo Único – Os 15 (quinze) dias de aviso prévio acima do estabelecido em lei, apresentado no “caput” desta Cláusula, terá meramente cunho indenizatório, não gerando assim direitos com (FGTS, 13º Salário e Férias).

Cláusula Décima Quarta – DEPÓSITO BANCÁRIO

A Sociedade está autorizada a efetuar depósito bancário relativo a salários, adiantamento salarial, empréstimo e juros do PIS em conta corrente de seus empregados, bastando o mesmo fornecer o número da conta corrente e o banco.

Parágrafo Único – A Sociedade efetuará os depósitos em Bancos que mantêm operações financeiras.

Cláusula Décima Quinta – EXCLUSÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

A Sociedade Esportiva e Recreativa Aurora fica excluída da Convenção Coletiva de Trabalho, relativo a data base de outubro de 2004.

Cláusula Décima Sexta – PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer Cláusula deste Acordo Coletivo de Trabalho, fica estabelecido uma multa de 1% (um por cento) do salário efetivação de categoria por infração e por empregado, em favor da parte prejudicada.

Cláusula Décima Sétima – VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, terá vigência de 01 (um) ano, iniciando em 01 de maio de 2004 e extinguindo-se em 30 de abril de 2005.

Florianópolis, 17 de junho de 2004.

João Carlos Nunes Mota
Presidente do SENALBA/SC
CPF 029.850.989-07

André Luiz da Luz
Presidente da Sociedade Esportiva
e Recreativa Aurora
CPF 813.323.519-72

César Murilo Barbi
Presidente do SECRASO/SC
CPF 008.155.359-53

Testemunhas: _____
